

PUBLICADO EM PLACAR

Em 29/12/17

Barbara Thieckly Clemen

Subprocuradora Geral do
Decreto 002/2017

Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO
Procuradoria Geral do Município

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.
(63) 3363.6000 - e-mail: procporto@gmail.com

LEI COMPLEMENTAR N.º 061, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2017.

“Dispõe sobre o incentivo fiscal para realização de projetos esportivos e/ou paradesportivos no âmbito do Município de Porto Nacional”.

Eu, **PREFEITO DE PORTO NACIONAL**, faço saber que a **CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL** aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Porto Nacional, a Lei Municipal de Apoio e Promoção do Esporte, que recebe o nome de **Lei “Floriano de Souza e Silva – Fulô”**, tendo como objetivo estimular, desenvolver e fomentar, por meio de ações articuladas e integradas de entidades ou organizações esportivas e sociais, pessoas físicas ou jurídicas e órgãos públicos municipais, a busca de iniciativas que garantam meios de autogestão e autofinanciamento do segmento esportivo - federações, associações, organizações, clubes e atletas através de benefícios fiscais aos contribuintes dos Impostos Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) e/ou sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), para projetos esportivos e paradesportivos realizados por pessoa física ou jurídica, domiciliada no município de Porto Nacional.

§ 1º O incentivo fiscal corresponderá ao recebimento do certificado, por parte do empreendedor, de qualquer projeto esportivo e/ou paradesportivo no Município, expedido pelo órgão competente do Município, correspondente ao valor do incentivo autorizado pelo Executivo.

§ 2º Os portadores dos certificados poderão utilizá-los para o pagamento dos impostos referidos no "caput" até o limite de 20% (vinte por cento) do valor devido a cada incidência dos tributos, obedecendo à disponibilidade das receitas.

§ 3º Quando da utilização dos certificados para o pagamento referido no parágrafo anterior, o valor do certificado terá por exercício financeiro:

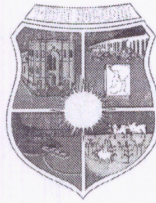
§ 4º Exceto quando comprovada a relevância do evento e o retorno ao município de Porto Nacional, os projetos de que trata o caput deste artigo devem seguir o teto estabelecido nesta Lei Complementar:

I - 370 (trezentos e setenta) salários mínimos para projetos esportivos e/ou paradesportivo **sociais e de rendimento**;

II - 100 (cem) salários mínimos para **eventos esportivos, de lazer e/ou paradesportivo**;

III - 40 (quarenta) salários mínimos para projetos esportivos e/ou paradesportivo de rendimento de **pessoas físicas** selecionadas em processos seletivos realizados pelo órgão competente do Município.

P. i.



Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO
Procuradoria Geral do Município

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.
(63) 3363.6000 - e-mail: procporto@gmail.com

§ 5º. Os certificados referidos no § 2º terão validade de 2 (dois) anos para sua utilização, a contar da data de sua expedição.

§ 6º. Será concedido certificado à pessoa física e jurídica em débitos constituídos anteriores ao exercício fiscal, posterior a esta Lei, compensação de até 20% (vinte por cento) do valor do débito.

§ 7º. Será concedido certificado à pessoa física e jurídica em débitos constituídos até 31 de dezembro de 2013, compensação de até 100% (cem por cento). Aos débitos constituídos posteriores ao exercício fiscal 2013, compensação de até 50% (cinquenta por cento) do valor do débito, respeitado o limite previsto no parágrafo anterior.

Art. 2º. O benefício fiscal estabelecido no "caput" do artigo 1º para todos os projetos aprovados, não poderá exceder o teto estabelecido através de Decreto a ser baixado pelo Executivo Municipal.

§ 1º. Atingido o limite máximo do valor global a ser captado - estabelecido via decreto que regulamenta esta Lei Complementar - os projetos deverão aguardar o próximo exercício financeiro.

§ 2º. O projeto aprovado poderá ser reajustado em até 10% (dez por cento) caso o beneficiário consiga captar junto aos contribuintes valor superior ao aprovado no projeto.

§ 3º. O reajuste de que trata o parágrafo anterior deverá ser encaminhado para a análise do Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Porto Nacional que expedirá parecer aprovando ou rejeitando o novo orçamento do projeto.

Art. 3º. Lei Municipal de Apoio e Promoção do Esporte – **Lei “Floriano de Souza e Silva – Fulô”**, será conduzido nas instâncias pública e privada, por intermédio da atuação dos seguintes órgãos e entidades:

I – Secretaria Municipal de Esporte de Porto Nacional, como Órgão coordenador e operacional;

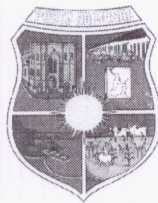
II – Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Porto Nacional, como Órgão deliberativo e controle;

III - Secretaria Municipal da Fazenda - SEMF, como Órgão de controle e aprovação de mecanismos de incentivo fiscal;

IV - Procuradoria Geral do Município.

Art. 4º. Cabe a Secretaria Municipal de Esporte de Porto Nacional a realizar a inscrição, seleção, análise e acompanhamento dos projetos a serem contemplados.

Art. 5º. Para a obtenção do incentivo referido no caput do 1º, o empreendedor deverá apresentar à Secretaria Municipal de Esporte de Porto Nacional cópia do projeto



Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO
Procuradoria Geral do Município

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.
(63) 3363.6000 - e-mail: procporto@gmail.com

esportivo ou paradesportivo, com plano de trabalho detalhado, explicitando seus objetivos, recursos financeiros, materiais e humanos envolvidos para fins de fixação do valor do benefício e fiscalização posterior.

§ 1º. Os projetos recebidos pela Secretaria Municipal de Esporte de Porto Nacional serão encaminhados para deliberação do Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Porto Nacional, que decidirá quanto à aceitação do mesmo na Lei Municipal de Apoio e Promoção do Esporte – **Lei “Floriano de Souza e Silva – Fulô”**.

§ 2º. O plano de aplicação do projeto esportivo deve prever no máximo 2% (dois por cento) do valor total para despesas de consultoria, contabilidade, acompanhamento e posterior prestação de contas, sendo que a última deve ser feita até o último dia do mês subsequente ao da aplicação do recurso.

§ 3º. O plano de aplicação do projeto esportivo deve prever as despesas de custeio, despesas de recursos humanos e compra de equipamentos permanentes ou construção de benfeitorias.

Art. 6º. Aprovado o projeto, a Secretaria Municipal de Esporte de Porto Nacional providenciará a publicação na Imprensa Oficial do Município de Porto Nacional, da certificação da aptidão do projeto para captação de recursos junto aos contribuintes.

Parágrafo único - A contar da data da publicação na Imprensa Oficial, o proponente terá até 6 (seis) meses para captação de recursos junto aos contribuintes.

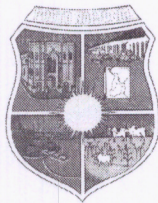
Art. 7º. Após a assinatura de termo de compromisso dos contribuintes interessados em apoiar o projeto, a Secretaria Municipal de Esporte de Porto Nacional encaminhará à Secretaria Municipal da Fazenda para que a mesma proceda o levantamento de valores a serem deduzidos.

Art. 8º. Os apoiadores e os beneficiários cadastrados conveniarão, após entendimento mútuo e de livre escolha entre eles, com a anuência da Secretaria Municipal de Esporte de Porto Nacional, o valor dos recursos aplicados, mediante termo assinado e analisado pela Procuradoria Geral do Município - PGM.

Art. 9º. De posse da documentação comprobatória de desembolso dos recursos e do termo assinado e analisado pela PGM, os apoiadores do esporte deverão apresentar-se à SEMF para que seja emitido o Certificado de Crédito, que será aplicado na redução do imposto definido no Protocolo de que trata o art. 7º desta Lei Complementar.

Art. 10º. Os projetos contemplados deverão, conforme regulamentação, fazer a divulgação da marca institucional do Município de Porto Nacional.

Art. 11º. As entidades de classe representativa dos diversos segmentos do esporte poderão ter acesso, em todos os níveis, a toda documentação referente aos projetos esportivos beneficiados por esta Lei Complementar.



Prefeitura Municipal de Porto Nacional - TO

Procuradoria Geral do Município

Avenida Murilo Braga n.º 1.887, Centro, Porto Nacional - TO - CEP: 77.500 - 000.

(63) 3363.6000 - e-mail: procporto@gmail.com

Art. 12º. Além das sanções penais cabíveis, será multado em 10 (dez) vezes o valor incentivado, o proponente que não comprovar a correta aplicação dos dispositivos desta Lei Complementar, por dolo, desvio de objetivos e/ou recursos.

Parágrafo único – poderá ainda ser declarada a inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior (art. 87, IV da Lei 8.666/93).

Art. 13º. Fica criada a Comissão Executiva da Lei Municipal de Apoio e Promoção ao Esporte, que fará as ações aqui de competência do Conselho Municipal de Esportes e Lazer de Porto Nacional, até que o mesmo seja instituído.

Art. 14. O Executivo Municipal regulamentará esta Lei Complementar no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da sua publicação.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de sua regulamentação.

PALÁCIO TOCANTINS, GABINETE DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO NACIONAL, Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de dezembro do ano de 2.017.


JOAQUIM MAIA
Prefeito Municipal



Estado do Tocantins
Câmara Municipal de Porto Nacional
Av. Murilo Braga nº. 1847 – Centro Fone: (63) 3363-7296

EMENDA MODIFICATIVA


EMENDA de autoria do VEREADOR CHARLES SOUZA ao Art. 1º- II,III do PROJETO DE LEI Nº 033/2017, que “Dispõe sobre o incentivo fiscal para realização de projetos esportivos e/ou paradesportivos no âmbito do Município de Porto Nacional” de autoria do poder Executivo, que terá a seguinte redação com segue:

Art.1º...

II- 100 (Cem) salários mínimos para eventos esportivos, de lazer e/ou paraesportivos.

III- 40 (Quarenta) salários mínimos para projetos esportivos e/ou paradesportivos de rendimento de pessoas físicas selecionadas em processo seletivos realizados pelo órgão competente do Município.

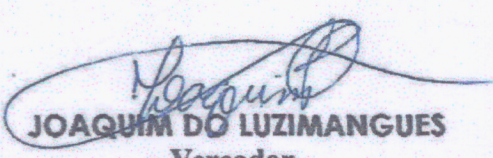
Palácio XIII de Julho, Gabinete do Vereador na Câmara Municipal de Porto Nacional - TO, aos 26 dias do mês de Dezembro de 2017.



CHARLES SOUZA
- Vereador -



GEYSON NERES GOMES
- Vereador -



JOAQUIM DO LUZIMANGUES
- Vereador -